

Expansão urbana nas zonas húmidas de Bissau: Estudo de caso da bolanha de Bissaque-Djolo

Urban expansion in the wetlands of Bissau: Case study of Bissaque-Djolo bolanha

Habdel Karim Abibe Tavares. Universidade Lusófona da Guiné (Guiné Bissau)

Resumo

O presente artigo é fruto da minha monografia de fim de licenciatura em que fiz uma análise do fenómeno da expansão urbana em Bissau, também na perspectiva de refletir acerca do tipo de cidade que queremos. A educação ambiental pode ser uma ferramenta e um processo de ouvir e dar a voz às pessoas que vivem e têm uma relação direta com as zonas húmidas (bolanhas) como meio de subsistência (pesca e os arrozais). O estudo analisa a expansão urbana nas zonas húmidas de Bissaque-Djolo e perspectiva a educação ambiental face a esse desafio. O artigo sugere fundar uma perspectiva crítica da educação ambiental em que vai ser construída a partir das pessoas que vivem nas zonas húmidas e expandir o debate às entidades estatais e ao resto da sociedade.

Astract

This article is the result of my bachelor monograph in which I analyzed the phenomenon of urban expansion in Bissau, guided by the perspective of reflecting on the type of city we want. Environmental education can be a relevant tool for listening and giving voice to people who live and have a direct relationship with wetlands (bolanha) as a livelihood (fishing and rice farming). The study analyzes urban expansion in the Bissaque-Djolo wetlands and looks at environmental education in the face of this challenge. The article suggests founding a critical perspective on environmental education in go to be built from people living in wetlands and expanding the debate to state entities and the rest of society.

Palavras chave

Expansão urbana; Educação ambiental; Zonas húmidas; Bissau.

Key words

Urban Expansion; Environmental education; Wetlands; Bissau.

Introdução

O presente artigo apresenta como objetivo uma caracterização do fenómeno da expansão urbana em Bissau no caso específico de Bissaque-Djolo na perspectiva de a partir daí propor uma estratégia de discussão para o futuro urbanos de Bissau. De acordo com o *Jornal Democrática da Guiné-Bissau*, uma notícia veiculada no dia 2 de fevereiro de 2017, no dia internacional das zonas húmidas tinha como o título “*Zonas húmidas da Guiné estão ameaçadas*”. A notícia avançava que várias entidades nacionais e internacionais se juntaram no Parque Europa Lagoa N’ Batonha, em Bissau, onde em unísono apelaram à proteção das zonas húmidas em Bissau, devido à ocupação acelerada que tem sido notória nas *bolanhas* periféricas da cidade (DEMOCRATA, 2017). Fenómenos de expansão urbana desta natureza podem vir a significar riscos ambientais e a provocar o aparecimento de zonas urbanas vulneráveis (SALLES, GRIGIO, & SILVA, 2013), em particular para o caso de Bissau onde existe uma área considerável de zonas húmidas. Segundo SEABRA (2013), por razões inerentes ao crescimento populacional, na Guiné-Bissau, e em particular na capital, Bissau, houve necessidade de construir novas habitações nas periferias, nomeadamente em zonas utilizadas para agricultura, tendo como efeito a degradação dos ecossistemas urbanos e o aumento do risco de inundações. A

atividade agrícola nessas zonas inclui atualmente a produção de arroz, hortaliças (couve, cenoura, repolho, pimento, entre outros) e a plantação de cana.

Bolanha é um termo em português e crioulo mas de origem guineense que se define como um espaço agrícola em zonas de planície fértil, usado principalmente na produção de arroz situado junto à margem dos rios que ficam alagados na época da chuva e durante uma parte da época seca. Esta definição sobrepõe-se perifericamente ao conceito de “zona húmida” usado a nível internacional (GUIMARÃES, 2014), e que é definido como áreas com permanência de água natural ou artificial, permanente ou temporária, água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo águas marinhas, cuja profundidade na maré baixa não é superior a seis metros.

A problemática em análise neste trabalho centra-se na expansão urbana nas zonas húmidas de Bissau, em particular para o caso da zona das *bolanhas de Bissaque-Djolo*. Para este artigo pretendo documentar as transformações espaço-temporais de expansão urbana, a partir desta análise fazer educação ambiental como um processo de ouvir as pessoas de momento que tem uma relação direta dia-a-dia com as zonas húmidas (*bolanhas*) como meio de subsistência e interação como (pesca e os arrozais). Essas opiniões devem ser levadas em consideração

para Câmara Municipal de Bissau (CMB) e sociedade em geral das ameaças e dos riscos aos humanos e não-humanos da expansão urbana nas zonas húmidas.

Os processos regulares e irregulares da realidade atual da cidade envolvem o fenómeno da “expansão urbana”. Em África expressa-se na aglomeração de atividades e de pessoas com diferenças consideráveis no que se refere ao acesso às infra-estruturas, saneamento básico e serviços públicos (BARBEDO, 2007). Um fator com o qual os contextos africanos se estão a deparar é o alargamento dos centros urbanos, o que conduz a fenómenos de “reclassificação urbana” (ARAÚJO, 2003). Em Bissau, a área da cidade está a expandir-se alterando os limites administrativos. Segundo ACIOLY Jr (1993), Bissau deparou-se com um aumento significativo da população entre 1960 e 1972. De igual modo a concentração dos serviços administrativos em Bissau torna a muito conveniente viver na capital. Um outro fator que fez com Bissau atraísse migrantes no período de pós-independência foi a concentração de atividades comerciais sob monopólio do Estado, nomeadamente através dos Armazéns do Povo o que aumentou a procura da cidade, ajudando ao rápido crescimento populacional (ACIOLY Jr, 1993).

A expansão urbana ganhou um novo ritmo e formato depois da década de 1980 devido à enorme necessidade de criar habitação, o que levou ao surgimento de

bairros periféricos. Este caso refere-se a Bissau na necessidade de habitações da população está a influenciar a urbanização sem um planeamento adequado para habitação, o que tem vindo a transformar ambientes naturais urbanos em zonas de construção de infra-estruturas habitacionais (SALLES et al., 2013; SILVA, 2010).

Neste âmbito, educação ambiental pode servir como uma ferramenta que pode ajudar a evitar as ameaças que decorrem do fenómeno de expansão urbana e que neste momento se colocam às zonas húmidas e à sua permanência como espaços multifuncionais e bio-diversos. Tomando em consideração o primeiro grande evento internacional sobre educação ambiental que teve lugar em Tbilisi (Geórgia) em 1977, foi primordial como ponto de partida para educadores ambientais no mundo. Segundo REIS-TOZONI, (2006), essa conferência definiu as funções da educação ambiental como: criar uma consciência e compreensão dos problemas ambientais e estimular a formação de comportamento positivo. O mesmo autor apontou a educação ambiental como uma das ferramentas principais para a busca da sustentabilidade e salientou a importância do tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global, que aconteceu no Rio de Janeiro em junho de 1992, e a *Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente*, ECO 92, que reconheceu a educação como um direito dos cidadãos.

Esses tratados demonstram que para muitos educadores ambientais a importância de incluir as orientações não-governamentais, nesta óptica, a colocação da sociedade civil é imprescindível em diversos entes ambientais e ONGs. Neste âmbito, o tratado solicita a população a tomar parte e responsabilidade de modo coletivo e individual em cuidar do ambiente:

(...) a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservem entre si a relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva no nível local, nacional e planetário. (Fórum Internacional das ONGs, 1995)

Na opinião de DUSSEL em COSTA e LOUREIRO (2015), uma educação ambiental crítica tem que abranger as opiniões e sofrimento dos outros para trazer realidades silenciadas, entendidas como inferiores por meio de uma relação desigual. Para desenvolver uma educação ambiental com medidas e mudanças adaptando a realidade do país é necessário inverter o convencional (linear) que nos habituamos a ouvir, e dar a voz às pessoas que vivem

e lidam com zonas húmidas para assim construir a inter-relação entre saberes vivos locais e práticas coletivas que podem criar valores comuns dentro da sociedade. Também LOUREIRO (2004) entende que é preciso mudar a educação ambiental convencional e estabelecer movimentos emancipatórios que vão estabelecer novos caminhos com a natureza.

Neste âmbito, segundo REIS-TOZONI (2004), para termos uma educação ambiental emancipatória e transformadora na gestão e conservação dos bens naturais, é preciso que o sujeito a recolocarem no ambiente para resgatar o conceito de práxis. Segundo KONDER (1992 em REIS-TOZONI 2004), a práxis é uma atividade concreta pela qual o sujeito afirma a sua posição transformando a realidade convencional, modificando o espontâneo, mecânico e repetitivo, e refletindo e conduzindo autoquestionamento da sua posição. Práxis *“implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo”* (FREIRE, 1988: 67 em REIS-TOZONI, 2004). Deste modo, deve fornecer condições para realização de atividades que modifiquem em simultâneo os indivíduos e os grupos sociais trabalhando a partir da realidade quotidiana em busca da superação das relações de dominação e de exclusão que define e caracteriza a sociedade capitalista e globalizada.

Na perspectiva do autor, REIS-TOZONI a finalidade da educação ambiental deve ser

integrar a perspetiva dos sujeitos sociais, não reforçar a desigualdades de classes, mas reconhecer que existem. Neste âmbito, começar a educação ambiental a partir de um contexto de modo a desvendar os problemas reais daquela comunidade e que possa refletir na sociedade.

Este estudo é relevante para a actualidade guineense na medida em que poderá gerar discussão e alertar relativamente aos riscos ambientais da expansão urbana em Bissau e contribuirá para pensar a cidade do futuro e o lugar das *bolanhas* urbanas nesse futuro. Este estudo gerou informação que pode contribuir para delinear estratégias que visem garantir o equilíbrio entre a expansão urbana e a ecologia na cidade de Bissau (zonas húmidas e agricultura urbana), diligenciar uma educação ambiental que possa ter efeito na coexistência de humanos e não-humanos e a diversificação de modos de vida (agricultura e pesca). Finalmente, este trabalho

de investigação contribuiu para a gestão ambiental das zonas húmidas da Guiné-Bissau, salientando a sua importância por não existirem estudos publicados sobre as transformações antrópicas das zonas húmidas nos contextos urbanos de Bissau.

Métodos

A área de estudo abrange as zonas húmidas que se entendem em Bissaque-Djolo uma parte da cidade de Bissau, e tem na sua totalidade uma superfície de 36,4 km² sendo que, destes, 16,4 km² são zonas húmidas. A zona húmida da área de estudo inclui a continuidade das bolanhas que começa na Granja Pessubé e se estende pela zona do Bairro Internacional, Bairro Militar, São Paulo, Hafia, Bissaque, Lala Quema, N'pantcha, Antula e N'dam e que se localiza entre a latitude de 11° 54' N e a longitude de 15° 36' O (Figura 1). É uma

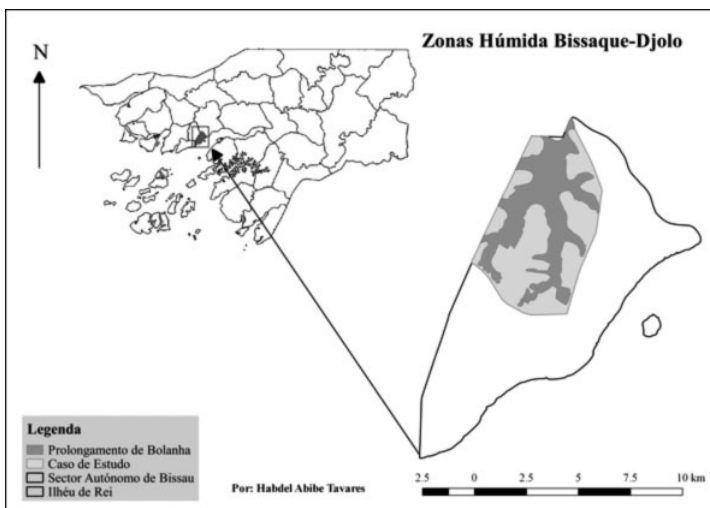


Figura 1: A área de estudo denomina-se, neste trabalho, como zona húmida ou bolanha de Bissaque-Djolo.

extensão de zonas húmidas de água doce não permanente (inunda durante a época da chuva) e parte desta bolanha tem ligação ao braço de rio que vai até Ensalma, com água salgada. Numa boa parte destas bolanhas praticam-se atividades agrícolas como a produção de arroz, a horticultura e a pesca, entre outras.

A conversão de bolanha em superfície construída faz com que os espaços deixem de ser comunicantes e são-lhes retirados ou diminuídos os serviços prestados pelo ecossistema à comunidade, nomeadamente no âmbito das atividades de agricultura e pesca que preenchem o quotidiano de vários habitantes. Este estudo vai cruzar estes dois eixos –expansão urbana nas zonas húmidas e educação ambiental–, o que permite discutir as formas de ocupação das zonas húmidas da cidade de Bissau e o lugar da educação ambiental face a este desafio.

O estudo baseou-se em três abordagens: (a) revisão bibliográfica (pesquisa de artigos científicos), (b) levantamento de Plano Pormenor (mapa de cada bairro) e o Plano Geral Urbanístico de Bissau na Câmara Municipal de Bissau (CMB) e produção de mapas, e (c) pesquisa empírica. O estudo seguiu duas abordagens de investigação, a qualitativa e a quantitativa que, na perspetiva de GOLDENBERG (2004), não são perspetivas opostas mas sim complementares e que possibilitam o cruzamento de perspetivas metodológicas e analíticas.

A abordagem quantitativa baseou-se em entrevistas estruturadas, conhecidas também como entrevistas diretivas ou fechadas, de modo a obter dados utilizados quando se querem medir opiniões, reações, sensações, hábitos de um público-alvo através de uma amostra que representa um dado grupo social. A recolha de dados teve lugar nos bairros de N’pantcha, Djogoro, Lala Quema, Bissaque e Djolo. A partir de um esforço de amostragem (N) relativamente elevado que possibilite fazer comparações ou testar relações entre o conjunto de respostas é possível recorrer à análise estatística. O esforço de amostragem (N) foi de 50 inquéritos. A análise estatística testou diferenças e relações entre variáveis e traçou os perfis de resposta dos atores (neste caso os moradores).

A ferramenta metodológica qualitativa que usei foi a entrevista semi-estruturada, visto que uma parte do estudo consiste na análise da perceção dos indivíduos acerca do fenómeno estudado. Através da abordagem qualitativa procurei caracterizar processos sociais e ambientais que ainda são pouco conhecidos e que pertencem a um determinado bairro ou comunidade. Esta técnica requer a reunião de tópicos de investigação elaborados num roteiro que servirá como guião na interação com o participante (MANZINI, 2003). Este tipo de entrevista foi desenvolvido com três tipos de atores sociais que deram diferentes perspetivas acerca da expansão urbana nas zonas húmidas: (i) ocupantes que

construíram casas nas bolanhas que se incluem no estudo de caso, (ii) funcionários do Departamento de Urbanização da Câmara Municipal de Bissau, e (iii) donos tradicionais das bolanhas e responsáveis que as herdaram de geração em geração.

A produção de mapas foi realizada atendendo às seguintes etapas: delimitação, georreferenciação, digitalização e geoprocessamento. Este processo foi possível com o software QGIS 2.18 e com o *Google Earth*, ambos programas de instalação livre. O processo de georreferenciação começou com a obtenção de coordenadas de locais de referência reconhecíveis e identificáveis no *Google Earth* e na carta militar de 1956, como por exemplo: cruzamentos, aeroporto, braços de rios, entre outros. Em seguida, a digitalização foi o processo que permitiu a aquisição de dados espaciais dos elementos que compõem a carta militar e que culminou com a criação de shapefiles (extensão criada

para arquivos vectoriais: linha, ponto e polígono) dependendo do atributo em questão. Este processo foi seguido para decalcar elementos geográficos da carta militar de 1956 e da imagem tirada do *Google Earth* do ano 2017.

Resultados

No caso de estudo em específico a expansão urbana é observável através de uma análise temporal dos mapas. No que se refere à expansão urbana, a carta militar de 1956 apresenta, aproximadamente, 135 casas construídas na área de estudo, das quais nove (6,7%) estão nas zonas húmidas (Figura 2). A imagem decalcada de informação do *Google Earth* de 2017, apresenta um total aproximado de 14.568 casas na área de estudo e dentre as quais 1.222 casas (8,4%) estão nas zonas húmidas (Figura 3). Estes valores mostram que

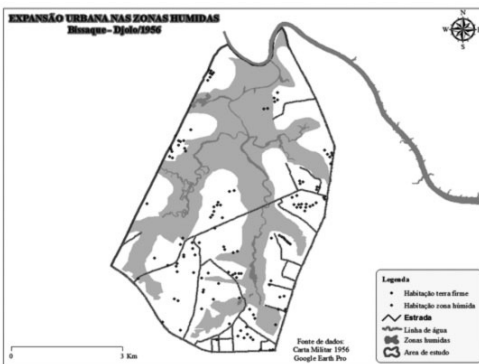


Figura 2: Área de estudo no contexto geográfico de Bissau e a distribuição de habitações nas zonas húmidas ano 1956.

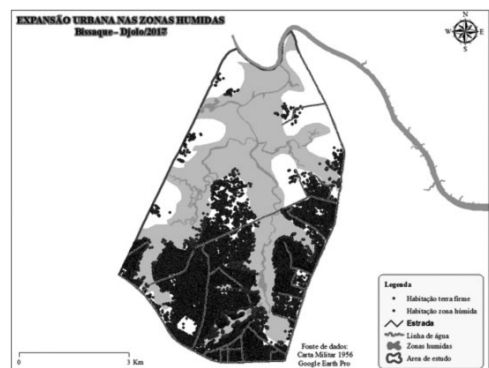


Figura 3: Área de estudo no contexto geográfico de Bissau e a distribuição de habitações nas zonas húmidas ano 2017.

a proporção de casas nas zonas húmidas subiu ligeiramente. Houve mudanças na ocupação urbana causadas pelo crescimento populacional na cidade ao longo das décadas, o que originou a necessidade de expandir o espaço dedicado à habitação e que progressivamente começou a substituir os campos agrícolas nas zonas húmidas.

Visitei a Câmara Municipal de Bissau, em particular o Departamento de Urbanismo, e um técnico foi buscar mapas escritos em papel à mão e que mostravam uma grande área da zona que ainda hoje é bolanha mas que já tem loteamentos feitos e onde no futuro vai haver construções. De acordo com o relato do entrevistado da Câmara Municipal de Bissau, e após a análise do Plano Pormenor dos bairros de N'pantcha, Lala Quema, Bissaque, Bairro Internacional, Djolo e Antula que compõem o estudo de caso, já existe uma grande área loteada na CMB mas que ainda não está ocupada.

Um número significativamente maior de inquiridos disseram que a sua casa já sofreu inundações do que aqueles disseram que não sofreram inundações ($U=3,500$; $p<0,05$). De todos os inquiridos, 58% (N=50) descrevem que o espaço já inundou, e 40% disseram nunca ter inundado um entrevistado não respondeu (Figura 4). Assim, há uma associação entre a percepção de que casa está na bolanha e a experiência de inundações ($\chi^2=26,351$; $p<0,05$), todas as pessoas que sofreram

inundações dizem que a sua casa está na bolanha e, na mesma ordem de ideias, todas as pessoas que dizem que a sua casa não está na bolanha nunca sofreram inundações. Neste âmbito, 58% (N=50) das casas os materiais utilizados para na construção incluem o bloco, o adobe (dubi, kl) e o ferro, enquanto 22% são construções somente de adobe (dubi, kl) e 20% apenas com bloco e ferro. Alguns entrevistados disseram já ter presenciado a destruição de casas por causa do mau tempo e de inundações 20% (N=50). Estes episódios poderão estar relacionados com a localização das casas e os materiais utilizados na construção das habitações em causa.

Vários inquiridos dizem que utilizam a bolanha de várias formas (36%, N=50), tais como: pesca, cultivo de arroz, passagem (kaminhu, kl) e cultivo de hortaliças e legumes, enquanto 64% (N=50) afirma que não utiliza a bolanha.

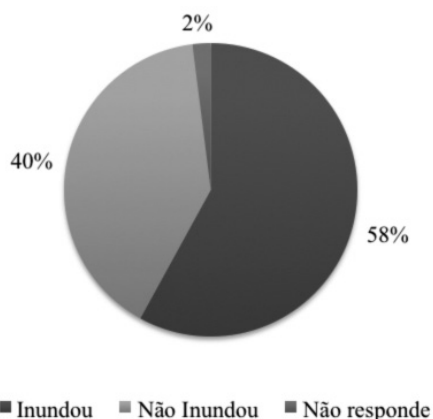


Figura 4: Incidência de inundações nas áreas de residência dos inquiridos.

Com base no evocado pelos agricultores e donos do chão e por um morador que cultiva arroz, a agricultura na cidade é relevante e é uma das atividades rentáveis e importantes para o sustento de várias famílias. Contudo, com o rumo crescente do desenvolvimento das infra-estruturas, esta prática agrícola pode vir a ficar comprometida. Os agricultores consideram que “o desenvolvimento de um país não acontece quando se quer acabar com o espaço onde se faz a agricultura de bolanha”¹ (morador de N’pantcha, 2018).

Ao longo dos anos e da convivência com o espaço da bolanha, os entrevistados tiveram contacto com vários animais, tais como, cobra (21%, N=146 citações), aves (29%) vaca (14%) varão (linguana, kl) (13%), rãs (5%), porco (4%) e crocodilo (lagarto, kl) (3%). Estes foram os grupos animais mais significativamente enumerados pelos inquiridos, mas há vários outros grupos de animais que são também avistados pelos moradores, tais como, abutre, tartaruga, mangusto (catchur mangu, kl), peixes, caracóis, rato, cabra, insectos peixe (nbila, kl) civeta-africana (gato lagaria, kl), entre outros.

1 Es ika disinvovimentu di pais ora ke bu misti caba ke espaço nunde ke ta fasido agricultura bulanha.

Discussão

No estudo de caso nota-se que a expansão urbana causou transformações ao longo dos anos, a população urbana cresceu, mas esse aumento populacional não se fez acompanhar pela construção de infra-estruturas sócias no meio urbano. Essa ineficiência da urbanização levou ao surgimento de bairros periféricos e à construção nas zonas húmidas. A observação dos mapas (carta militar) dos anos 1956 e 2017 mostra de forma visível a expansão urbana que se deu tanto em terra firme como nas bolanhas, tendo tido um aumento nas zonas húmidas.

Toda a bolanha de Bissaque-Djolo é afetada por inundações, e essa incidência de inundação faz com que seja relevante refletir acerca dos materiais usados na construção de habitações. Essas habitações estão sujeitas a condições ambientais extremas e sazonais e devem estar preparadas para lhes resistir.

Segundo um estudo recente de CAMARÁ (2018) intitulado *O Contexto Socioecológico da Pesca no Complexo Bolanha-Mangal: A Pesca das Mulheres em Bissau*, demonstra que várias famílias guineenses utilizam as zonas húmidas como espaço que gera benefícios oriundos da pesca a pé, o que se reflecte em termos económicos, como alimentação e atividade de subsistência.

Este trabalho assim como a bibliografia recente apontam um cenário urbano que apresenta desafios e, como tal, será também importante que a educação ambiental esteja pronta para responder a estes desafios de forma adequada e transformadora do contexto socioambiental de Bissau. Do meu ponto de vista, é importante para Guiné-Bissau e em particular para Bissau, questionar a lógica convencional (técnicos da área) das conclusões tomadas a partir desses, mas inverter a lógica dar as vozes aos invisíveis e abandonados localmente, e através dessa oportunidade conheceremos da realidade a partir daí fazer a educação ambiental mais consolidada. Porque não levar pessoas (agricultores, pescadores) a mesa redonda numa secção de debate sobre a organização urbanística de Bissau, contribuindo assim para a construção de educação ambiental inclusive e abrangente? Segundo CAMARÁ (2018), várias famílias não possuem poder de compra para o sustento, essa atividade de pesca a pé é uma das atividades crucial no dia-a-dia, incluir esses atores com os seus saberes tradicionais e científico vamos ter mais a percepção de consolidar uma educação ambiental a caminho para sustentabilidade como referiu o REIS-TOZONI (2004).

Assim sendo, a educação ambiental aplicada ao problema de expansão urbana nas zonas húmidas, mas em que ouviria a perspectiva dos técnicos das zonas húmidas, pescadores e agricultores que usam

as zonas húmidas e passam a maior parte das suas vidas, que normalmente conhecem as ameaças como referiu o DUSSEL em COSTA e LOUREIRO (2015) em incluir opiniões e sofrimentos dos outros que podem ser divulgados no universo do (CMB), e não só como outras comunidades da cidade, apresentação nas universidades, liceus e sociedade civil através de folhetos em apresentar os riscos das habitações e da necessidade da inclusão das zonas húmidas na cidade.

Portanto, o estudo analisou a expansão urbana nas zonas húmidas e reportou, por um lado, uma relação humana com as bolanhas no ponto de vista da agricultura urbana, e por outro lado, riscos de inundação para as habitações construídas nas bolanhas. Neste contexto, a educação ambiental pode ser usada como uma ferramenta a utilizar a partir da comunidade local Bissaque-Djolo numa nova relação cultura-sociedade-natureza, na busca da construção coletiva e da transformação social e ambiental no espaço urbano. É necessário criar processos práticos reflexivos na comunidade que transporta a conservação de valores que podem ser aceites e benéficos para alcançar a desejada sustentabilidade social, económica e ambiental.

Referências bibliográficas

- ACIOLY Jr, C. C. (1993). *Planeamento urbano, habitações e autoconstrução: Experiência com urbanização de bairros na Guiné-Bissau*. Holanda: Publikatieburo Bouwkunde.
- ARAÚJO, M. G. M. (2003). “Os Espaços urbanos em Moçambique”. *GEOSP: Espaço e Tempo* (Online), 14, p. 165-182.
- ASSANA C. (2018). *O contexto socioecológico da pesca no complexo bolanha-mangal: A pesca das mulheres em Bissau*. Dissertação de Licenciatura. Universidade Lusófona da Guiné, Bissau, Guiné-Bissau.
- BARBEDO, R. M. J. (2007). *Textura da pobreza urbana*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Porto, Porto, Portugal.
- COSTA, C. A. S. Da; LOUREIRO, C. F. B. (2015). *Pensamento ambientalista numa sociedade em crise*. Brasil, Macaé: NUPEM/UFRJ.
- Fórum Internacional das ONGs, (1995). *Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global*. Rio de Janeiro.
- GUIMARÃES, C. D. M, (2014). *A influência da convenção de Ramsar para políticas da conservação de ecossistemas húmidos no Brasil*. Dissertação de pós-graduação. Universidade Federal de Parana (UFP), Parana, Brasil.
- GOLDENBERG, M. (2004). *A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record.
- LOUREIRO, C. F. B. (2004): “Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos”. *Gestão em Ação, Salvador*, n.1, v.7, p. 1-17.
- MANZINI, E. J. (2003). *Entrevista semi-estruturada: Análise de objectivos e de roteiros*. Programa de Pós-graduação em Educação, Unesp, Marília. p. 1-10.
- REIS-TOZONI, M. F. C. (2006): “Temas ambientais como “Temas geradoras”: Contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória”, *Educar, Curitiba*, n. 27, p. 93-110. Editora UFPR.
- SALLES, M. C. T., GRIGIO, A. M., & SILVA, M. R. F. (2013): “Expansão urbana e conflito ambiental; Uma descrição da problemática do município de Mossoró, RN, Brasil”, *Revista Sociedade & Natureza*, 25 (2), p. 1-10.
- SEABRA, A. Q. (2013). *Guiné-Bissau/África: Diretrizes tecnológicas para uma política habitacional sustentável*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, (UFSC). São Paulo, Brasil.
- SILVA, A. D. B. (2010). *Urbanização na Guiné-Bissau. Morfologia e estrutura urbana da sua capital*. Dissertação de Mestrado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal.

Referência URL

<http://www.odemocratagb.com/>